

Lisandra Panzoldo

# O Tribunal do Júri no Brasil e na Argentina

estudo  
comparado

*Prefácio:*  
*Andrés Harfuch*

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2022

Copyright © 2022 by Lisandra Panzoldo

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

1220874

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

P199t

Panzoldo, Lisandra

O tribunal do júri no Brasil e na Argentina : estudo comparado /  
Lisandra Panzoldo ; prefácio, Andrés Harfuch. – Rio de Janeiro : Lumen  
Juris, 2022.

228 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 201-210.

ISBN 978-85-519-1855-5

1. Direito processual. 2. Júri - Brasil. 3. Júri - Argentina. 4. Jurados -  
Instruções. 5. Direito comparado. I. Harfuch, Andrés. II. Título.

CDD 345.08

Ficha catalográfica elaborada por Roge Cavalcante da Silva CRB-8/010483

# Sumário

Introdução e Objetivos .....	1
------------------------------	---

## Parte 1

### Questões Gerais sobre o Tribunal do Júri em ambos os Países

1 Histórico e Previsão Legal .....	5
1.1 Principais diferenças entre o júri na Argentina e o júri no Brasil .....	11
2 A Importância do Júri na Democracia .....	13
3 Reforma Processual Penal no Brasil e Sistema Acusatório Adversarial ..	17
4 Investigação Penal Preparatória vs. Inquérito Policial .....	23
5 <i>Etapa Intermedia e Judicium Accusationis</i> como Filtros das Informações que Chegarão ao Julgamento .....	33
5.1 O <i>in dubio pro societate</i> e os riscos em pronunciar com provas frágeis no Brasil: além da dúvida razoável e outros standards probatórios .....	38
6 Requisitos para ser Jurado .....	41
6.1 Isenções e impedimentos .....	41

## Parte 2

### Conditio Sine Qua Non de Todos os Julgamentos por Jurados: os Controles até o Veredicto

7 <i>Voir dire</i> : Audiência de (des)seleção de Jurados vs. Seleção dos Jurados e as Possibilidades de Recusas .....	47
7.1 A paridade de gênero como uma das garantias de um julgamento justo .....	53

7.2 Sorteio informatizado dos jurados como garantia maior de imparcialidade frente ao alistamento no júri no Brasil .....	55
7.3 Recusa de jurados .....	59
7.3.1 Recusas imotivadas .....	60
7.3.2 Recusas motivadas .....	60
7.3.3 Recusas motivadas em caso de pluralidade de acusados .....	61
7.4 Desaforamento por possível parcialidade dos jurados .....	62
<b>8 Atribuições do Juiz, dos Jurados e sua Salvaguarda .....</b>	<b>63</b>
8.1 Atribuições do juiz .....	63
8.2 Atribuições dos jurados e sua salvaguarda .....	64
<b>9 Dia do Julgamento: Principais Etapas .....</b>	<b>67</b>
9.1 Argentina .....	67
9.1.1 Juramento e instruções iniciais .....	67
9.1.2 Alegações iniciais e carga probatória do ministério público .....	69
9.1.3 Inquirição de testemunhas, peritos e apresentação das provas .....	72
9.1.4 Alegações finais .....	73
9.1.5 Elaboração das instruções finais e opções de veredicto .....	74
9.2 Brasil .....	76
9.2.1 Juramento .....	76
9.2.2 Inquirição de testemunhas, peritos, informantes etc. ....	77
9.2.3 Debates .....	79
<b>10 Instruções do Juiz aos Jurados .....</b>	<b>81</b>
10.1 Presunção de inocência .....	87
10.2 Além da dúvida razoável .....	90
10.3 Sobre a inconstitucionalidade e inconveniência de não instruir os jurados no Brasil .....	96
<b>11 Doze Jurados: o Número Chave .....</b>	<b>101</b>

<b>12 Deliberação</b> .....	<b>107</b>
12.1 Regra do segredo da deliberação .....	115
<b>13 Votação: Formulário de Veredicto vs. Quesitos</b> .....	<b>117</b>
13.1 O formulário de veredicto na Argentina .....	117
13.1.1 <i>Culpable</i> .....	118
A) Delito principal: atribuído pela acusação .....	119
B) Delito menor incluído .....	119
13.1.2 <i>No culpable</i> .....	120
13.2 A elaboração de quesitos no Brasil .....	122
13.2.1 Materialidade e autoria .....	125
13.2.2 Quesito absolutório genérico .....	126
13.2.3 Agravantes e atenuantes da pena .....	131

### **Parte 3**

## **O Veredicto e o Pós Veredicto como Reflexo de todo o Controle do Julgamento**

<b>14 O Veredicto dos Jurados e Algumas Inquietações</b> .....	<b>135</b>
14.1 A (i)motivação dos veredictos: da íntima convicção ao livre convencimento motivado .....	136
14.2 Unanimidade vs. Maioria simples: a soberania dos veredictos no Brasil como exigência implícita de unanimidade .....	145
14.2.1 Jurado estancado .....	151
14.3 O sigilo das votações no Brasil e a (im)possibilidade de veredicto unânime .....	154
14.4 Sigilo das votações e a incomunicabilidade dos jurados .....	156
14.5 Audiência de cesura de juízo vs. Fixação imediata da pena .....	157

<b>15 Recursos</b> .....	<b>159</b>
15.1 O ne bis in idem e a proibição de submeter o réu a novo julgamento em caso de sentença absolutória .....	160
15.2 Decisão contrária à prova dos autos: recurso bilateral? .....	168
15.3 Revisão ampla do recurso .....	176

#### **Parte 4**

### **A Diversidade do Tribunal Popular**

<b>16 Demais Possibilidades de Atuação do Júri: Além do Direito Penal e Outras Particularidades</b> .....	<b>183</b>
16.1 Júri indígena na Argentina e Brasil: primeiras experiências .....	183
16.1.1 <i>Ne bis in idem</i> na ótica de um caso indígena .....	187
16.2 Júri em matéria cível na Argentina .....	189
16.3 Projetos e possibilidades em andamento .....	194
<b>17 Considerações Finais</b> .....	<b>197</b>
<b>18 Referências Bibliográficas</b> .....	<b>201</b>